

# Loucura, discurso e política: Um estudo da matéria jornalística "A sucursal do inferno" na revista *O Cruzeiro* referente ao Hospital de Barbacena - MG<sup>1</sup>

*Camila Fortes Monte Franklin*<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo em questão consiste em uma análise da reportagem jornalística "Hospital de Barbacena: A Sucursal do Inferno" publicada na revista *O Cruzeiro* referente ao Hospital de Barbacena - MG, no dia 13 de maio de 1961. A análise se configura em verificar os processos discursivos de poder a partir da problemática higienista referente a saúde mental, visto que os então considerados "anormais" sofriam com a ausência de condição humana no Hospital Colônia. Dessa forma, através de uma análise de conteúdo, a pesquisa explora as estruturas de controle e o agir estatal em seu poder político, verificando o discurso médico como um discurso universal desenvolvido pelo senso comum. **Palavras-chave:** loucura. discurso. política. o cruzeiro. hospital de Barbacena.

**Madness, discourse and politics: A study of the journalistic material "The branch of the hell" in the magazine *The Cruise* referring to the Hospital of Barbacena - MG**

**Abstract:** The article in question consists of an analysis of the journalistic report "Hospital de Barbacena: A Sucursal do Inferno" published in the magazine *O Cruzeiro* referring to Hospital de Barbacena - MG, on May 13, 1961. The analysis is configured to verify the processes discursive of power from the problematic hygienist referring to mental health, since those considered "abnormal" suffered from the absence of a human condition at the Colônia Hospital. Thus, through a content analysis, the research explores the structures of control and state action in its political power, verifying medical discourse as a universal discourse developed by common sense. **Keywords:** Madness. Speech. Policy. The Cruise. Barbacena Hospital.

---

<sup>1</sup> Artigo fruto da comunicação apresentada no I Simpósio de Justiça, Republicanismo e Democracia, ocorrido entre os dias 22/08/17 - 24/08/17 na UFPI, organizado pelo Prof. Dr. Francisco Jozivan Guedes de Lima (UFPI).

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí. Aluna especial do mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Piauí e pesquisadora na área de políticas públicas e saúde mental no Estado do Piauí. [camilafortesmonte@gmail.com](mailto:camilafortesmonte@gmail.com)

## **1 Introdução**

Durante toda a história da humanidade o louco foi posto à margem da sociedade. Visto o preconceito conciliado com o medo - desencadeado pela imprevisibilidade das ações -, essas pessoas foram afastadas e excluídas dos seus convívios sociais (Foucault, 2014a). Durante a primeira década do século XX surge o Hospital Colônia de Barbacena - MG. Desenvolvido com o propósito de ser um hospital psiquiátrico para "curar" pacientes crônicos, o Colônia se tornou um depósito de pessoas, entre homens, mulheres, crianças e idosos. Internou não apenas portadores de transtornos mentais, como também leprosos, tuberculosos, epiléticos, homossexuais, alcoolistas, gente que se rebelava ou se tornara incômoda para alguém, amantes, meninas grávidas, pessoas que extraviaram seus documentos ou apenas pessoas tímidas. Dessa forma, o hospital foi responsável pela morte de mais de 60 mil pessoas que ali viveram em condições desumanas (Arbex, 2013). Condições estas que só ocorreram em decorrência de estruturas de controle impostas por um agir higienista, contaminado por discursos estigmatizadores políticos tanto médico quanto estatal. Essas e outras questões serão analisadas e explicadas ao decorrer da pesquisa e, para isto, é necessário um breve histórico da loucura, além da sua ligação direta com os discursos de poder e política.

## **2 Loucura, Discurso E Política**

A construção do perfil da loucura se deu a partir do incômodo com os indivíduos considerados "anormais" aos olhos da sociedade, indivíduos estes que, durante toda a história da humanidade estiveram em posições marginais. Na Idade Média, os leprosos eram isolados e recenseados pelo poder real. Na Idade Moderna, os conceitos de loucura reverberaram por um pensamento de extrema racionalidade, identificando assim o louco como um sinal de contradição.

A partir do século XVI, esses indivíduos já representavam uma grande parcela da sociedade rejeitada, controlada pelo poder governamental, responsável por ordenar os bens fundiários dos leprosários, com o argumento de "reparar a grande desordem que então havia nas gafarias" (Foucault, 2014a, p.4). Dois ou três séculos mais tarde, as estruturas de estigma permanecem e os sujeitos se expandem: agora não apenas o leproso é excluído, como também pobres, vagabundos, presidiários, mulheres adúlteras, esquizofrênicos e todo indivíduo que não se adaptava as normas de determinada sociedade, como se por efeito de ordem, fosse necessário uma segregação do que é justo e de quem é bem-vindo em determinada comunidade.

Não é fácil levantar o sentido exato deste costume. Seria possível pensar que se trata de uma medida geral de expurgo que as municipalidades fazem incidir sobre os loucos em estado de vagabundagem; hipótese que por si só não dá conta dos fatos, pois certos loucos, antes mesmo que se construam casas especiais para eles, são recebidos nos hospitais e tratados como loucos (FOUCAULT, 2014a, p.10).

Dessa forma, o agir do estado em seu poder político já manifestava sinais de uma problemática higienista, sistematizando a sociedade e pondo em margem esses indivíduos, aos quais eram descartados e jogados em prisões. Prisões estas que serviam tanto para proteger a sociedade desses indivíduos quando para proteger esses indivíduos da sociedade e de toda sua repressão exposta.

Compreendendo agora o louco como o indivíduo "anormal" aos olhos da sociedade e não apenas como portador de transtorno mental, percebe-se que este violava as normas impostas tais como com a ociosidade, o adultério, o crime, a inutilidade, ou seja, simbolizando a inquietude de toda uma região, sendo capaz de provocar o escárnio em sua potência:

A denúncia da loucura torna-se a forma geral da crítica. Nas farsas e nas sotias, a personagem do Louco, do Simplório, ou do Bobo

assume cada vez maior importância. Ele não é mais, marginalmente, a silhueta ridícula e familiar: toma lugar no centro do teatro, como o detentor da verdade - desempenhando aqui o papel complementar e inverso ao que assume a loucura nos contos e sátiras. Se a loucura conduz todos a um estado de cegueira onde todos se perdem, o louco, pelo contrário, lembra a cada um sua verdade (FOUCAULT, 2014a, p. 14).

Percebe-se então que a loucura em si se torna uma ameaça, enquanto a figura do louco assume uma identidade cômica, ridicularizada, capaz de desempenhar uma função de produção de verdade, pois este, pronuncia uma linguagem que embora não seja a da razão, mas que se utiliza da verdade de cada um para cada um. A palavra só lhe era dada atrás das cortinas dos teatros, no simbólico, visto que ali o louco representava uma verdade que embora fosse real, era mascarada.

Foucault (2014b) afirma que desde a alta Idade Média, o louco tem seu discurso subjugado, desconsiderada sua importância e anulada a sua verdade. Contudo, podia ocorrer de seu discurso ser considerado contrariamente mais racional do que de qualquer outro ser:

(...) pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada - rejeitada tão logo proferida; ou então nela se decifrava uma razão ingênua ou astuciosa, uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis" (FOUCAULT, 2014b, p. 11).

Atualmente, afirma-se que a palavra do louco é escutada, que seu pensamento é percebido e sua voz não é mais calada, como se a sociedade de hoje estivesse sido preparada para acolher esses indivíduos e suas formas de pensar e agir. Contudo, basta perceber

o sistema repressivo e crítico da sociedade de hoje que, se concentra em fomentar a indústria farmacêutica como solução para os problemas dos portadores de transtornos mentais.

Mas tanta atenção não prova que a velha separação não voga mais; basta pensar em todo aparato de saber mediante o qual deciframos essa palavra; basta pensar em toda a rede de instituições que permite a alguém - médico, psicanalista - escutar essa palavra e que permite ao mesmo tempo ao paciente vir trazer, ou desesperadamente reter, suas pobres palavras (...). E mesmo que o papel do médico não fosse senão prestar ouvido a uma palavra enfim livre, é sempre na manutenção da cesura que a escuta se exerce. Escuta de um discurso que é investido pelo desejo, e que se crê - para sua maior exaltação ou maior angústia - carregado de terríveis poderes. Se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece (FOUCAULT, 2014b, p. 12-13).

Foucault (2014b) afirma ainda que o momento em que o louco, portador de transtorno mental, tem pra ser livre em seu direito constitucional, ainda é capaz de carregar consigo o silenciamento revertido desse direito. Sendo assim, essa rede de instituições que teoricamente dá um suporte para esses indivíduos, é o mesmo sistema de instituições que, em sua condição de poder como potência, afirma quem é o outro, o que falta, o que fazer, o que não fazer e afirma quem é louco e quem é "são".

Compreende-se então que o louco tem sua verdade silenciada e que o psiquiatra/psicanalista/psicólogo, em sua condição de saber (e poder), determina as verdades desse sujeito. Assim sendo, se faz necessário um tipo de estatuto do sujeito médico para que o sujeito louco possa saber suas próprias verdades, verdades estas que por sua vez, são vagas, hipotéticas e institucionalizadas.

Essa definição de uma fala "constitutiva do personagem desse outro indispensável para que eu possa dizer a verdade sobre mim mesmo" é definida por Foucault (2011) como *parresía*, ou seja,

como um "elemento constitutivo do dizer-a-verdade sobre si, ou mais precisamente, como elemento qualificador do outro necessário no jogo e na obrigação de dizer a verdade sobre si". Essa noção de *parresía*, dada como uma coragem de verdade mesmo sob pena de ser condenado por esse destemor, é fundamentada em uma noção política, como afirma Foucault:

A noção de *parresía* é, primeiro, fundamentalmente, uma noção política (...) arraigada originalmente na prática política e na problematização da democracia, derivada depois para a esfera da ética pessoal e da constituição do sujeito moral, com essa noção dotada de arraigamento político e derivação moral, temos, para dizer as coisas muito esquematicamente (...) a possibilidade de colocar a questão do sujeito e da verdade do ponto de vista da prática do que se pode chamar de governo de si mesmo e dos outros (FOUCAULT, 2011, p. 9).

Podemos constatar assim, o diálogo da verdade, entendido como uma consciência de si + o outro. Essa verdade posta no risco da violência como um entendimento estritamente ligado a construção de sujeito, visto que essa verdade seja formada por experiências, vivências, práticas de si e dos outros. Essa verdade sem máscaras, pura e sem temor, para ser considerada como *parresía*, é preciso que não seja apenas uma questão de opinião pessoal daquele que fala, mas também que manifeste o pensamento do sujeito, algo racional, pensado. O parresiasta - sujeito responsável pela *parresía* - diz o que pensa e assume o risco de sua fala, se ligando diretamente a essa verdade constituída.

Dessa forma, entende-se o psiquiatra/psicanalista/psicólogo como um parresiasta em sua condição de sujeito indispensável para que o outro possa dizer a verdade sobre si mesmo. E assim, compreendendo a loucura como a "ausência da razão", pode-se dizer então que esse psiquiatra/psicanalista/psicólogo em sua condição de poder através do saber, é responsável por definir o que o louco tem como verdade, suas origens, seus pensamentos, suas ideologias e tudo o que o compõem (ou compusera) como indivíduo. Foucault

(2011) entende que as relações, na sociedade de hoje, se limitam em reduzir o saber ao poder, aos quais

trata-se (...) da análise das relações complexas entre três elementos distintos, que não se reduzem uns aos outros, que não se absorvem uns aos outros, mas cujas relações são constitutivas umas das outras. Esses três elementos são: os saberes, estudados na especificidade da sua verificação; as relações de poder, estudadas não como uma emanção de um poder substancial e invasivo, mas nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é governada; e enfim os modos de constituição do sujeito através das práticas de si. É realizando esse tríplice deslocamento teórico (...) que se pode, assim me parece, estudar as relações entre verdade, poder e sujeito, sem nunca reduzi-las umas às outras (FOUCAULT, 2011, p. 10).

Desse pensamento, a ideia do verdadeiro e do falso se configura em um outro sistema de exclusão (Foucault, 2014b) se compararmos a força da verdade como potência com separações institucionais, por exemplo, dentro de um sistema que estigmatiza e "reserva" determinado tipo de pessoa em sua condição ou condição de saber. Separações essas que não muito raramente são exercidas sem pressão ou sem o poder da violência, configurando assim, uma característica de exclusão.

(...) a vontade de verdade não exerce, com relação ao discurso, um papel de exclusão, análogo - numa certa parte e, admito, numa parte apenas - ao que pode desempenhar a oposição entre a loucura e a razão, ou o sistema de proibições (Foucault, 2014a, p.4).

Nesse ponto, é válido refletir sobre como a vontade de verdade não pode ser tão modificável incessantemente como qualquer outro sistema de exclusão, se essa vontade de verdade não pode ser tão institucional ou repleta de interesses tanto quanto outros tipos de segregação seja social, econômica, política enfim, sobre como essa vontade de verdade pode ou não ser frágil a ponto

de fortalecer ou enfraquecer seu papel social.

Vemos então um sistema que vigia e regulamenta as sociedades em busca de domínio, de uma estrutura sólida que fortifique seus eixos, estrutura essa que está diretamente ligada às questões sociais que, por sua vez, sente diretamente os efeitos do poder. O poder atuante como controle social - que define quem pode ser livre, quem pode ser visto, quem tem o poder de falar - tem uma importância consideravelmente limitada em seu âmbito econômico, porém, em seu funcionamento geral de vigília e repressão, esse poder se torna extremamente essencial. Essa repressão é compreendida por Foucault (2003) não apenas como a força que diz "não", mas sim como um sistema de produz discurso e induz a efeitos de verdade, como uma breve noção utilitária:

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder, identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2003, p.7-8).

Sendo assim, compreende-se então que a repressão é apenas um dos pilares do poder que atua de forma ininterrupta e circular em todo o corpo social, adaptando, construindo, induzindo e formando uma cadeia tendenciosamente política. Em seus sistemas de interesses, a repressão se apoia em uma base institucional, direcionada a uma pressão e coerção da sociedade, principalmente no que se refere as relações as quais aqui citamos anteriormente, as de poder e saber.



As relações de poder e saber - configuradas como uma dentre as diversas formas de exclusão - são compreendidas como uma intenção de verdade. Para Foucault (2003), a verdade é produzida neste mundo pelas múltiplas formas coerção e pela produção de efeitos regulamentados de poder, ou seja, as técnicas, os meios, as instâncias e principalmente os sujeitos responsáveis por transformar determinados enunciados em discursos compreendidos como verdadeiros.

É importante destacar o conceito de verdade dado pelo autor em questão, compreendido não como um "conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas "o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder", ou seja, a verdade sendo compreendida como um meio para se chegar ao poder, como um conjunto de procedimentos políticos ligados ao funcionamento dos enunciados.

Foucault (2003) também compreende que a economia política da verdade se baseia em características, configuradas nas seguintes formas: a "verdade" sendo centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem como discurso de verdade, verdade esta que é submetida a uma provocação e tendência para a produção econômica e para o poder político. Compreendida também como objeto de difusão e consumo, seja educacional ou informativa, essa verdade é produzida e transmitida sob um controle que embora não seja exclusivo, é dominante de aparelhos e instituições políticas ou econômicas, sendo objeto de debate político e de confronto social. Compreende-se então que loucura, discurso e política estão intrinsecamente interligados, visto que estão circularmente em um conjunto de produção e funcionamento de regime.

Dando continuidade a pesquisa, podemos observar o maior caso de genocídio (Arbex, 2013) em um hospital psiquiátrico no Brasil, o qual provocou a morte de mais de 60 mil pessoas e dilacerou centenas de famílias.

### 3 O Hospital De Barbacena - Mg

Fundado em 1903, o Hospital Colônia de Barbacena é considerado o maior hospício do Brasil. Construído na cidade de Barbacena - também conhecida como Cidade das Rosas - como um prêmio de consolação após perder a disputa pela capital de Minas Gerais para Belo Horizonte, o hospício foi responsável por mais de 60 mil mortes.

Composto por dezesseis pavilhões, cada um era destinado a uma função específica: Pavilhão "Zoroastro Passos" para mulheres indigentes; Pavilhão "Antônio Carlos" para homens indigentes; Pavilhão "Afonso Pena"; Pavilhão "Milton Campos" para os que podiam trabalhar; Pavilhão "Rodrigues Caldas", Pavilhão "Júlio Moura", Pavilhão "Crispim", para mulheres responsáveis pela limpeza da ala e higiene das pacientes. Cada pavilhão tinha em torno de 200 pessoas.

Com o propósito de atender as pessoas com transtornos mentais, o Hospital Colônia se tornou uma instituição para todos que "não se adequavam" aos padrões da sociedade da época ou ameaçavam a ordem pública. Os diagnósticos eram padronizados devido a falta de critério médico para as internações, fazendo com que qualquer pessoa como, por exemplo, pessoas sem documentos, fossem internadas no hospital.

Eram militantes políticos, mães solteiras, negros, pobres, mendigos enfim, todas as pessoas que iam contra o sistema imposto pela sociedade e pelas instituições de poder e controle. De acordo com Daniela Arbex, autora do livro Holocausto Brasileiro (2013), cerca de 70% dos internos do Hospital Colônia não tinham diagnóstico de doença mental. Eram

(...) epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, era filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade

antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças (ARBEX, 2013, p.14).

Os pacientes eram de todas as cidades possíveis do Brasil, visto que chegavam por trem em vagões superlotados pela estação Bia Fortes. Chamado de "trem de doido" por Guimarães Rosa - expressão utilizada até hoje -, fazia referência ao caminho utilizado pela locomotiva para chegar ao Hospital Colônia. Como era a última parada do trem, muitos nem tinham conhecimento de onde iriam desembarcar ou a razão de estarem indo para determinado lugar. Nesse momento, só estava começando uma viagem sem volta.

A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar (ARBEX, 2013, p.25-26).

Em 1960, eram 5 mil internos - projetado inicialmente para atender 200 pessoas. As camas eram substituídas por capim ou folhas para caber todas essas pessoas. Nas refeições eram sempre adicionadas litros e litros de água para que pudesse render para todos. Eletrochoque, superdose de medicamentos, banhos com jatos de alta pressão, faziam parte do "tratamento" da instituição.

A vida no Hospital Colônia era indigna. Os pacientes andavam praticamente nus, o que facilitava a transmissão de doenças entre os mesmos. A noite, quando o frio reinava, os internos dormiam em círculos ou empilhados uns em cima dos outros para se aquecer, o que fazia com que ao amanhecer, os de baixo já não estivessem mais vivos. Não haviam nenhum sistema de água encanada e por isso muitos banhavam-se ou bebiam de um esgoto a céu aberto dentro de alguns pavilhões.

Além da falta de assistência médico-hospitalar, os internos ainda precisavam lidar com estupros, torturas físicas e psicológicas que eram frequentes dentro do Hospital. Algumas torturas sem

nenhum motivo ou razão, feitas apenas com o propósito de servir como castigo ou punição, ou apenas por inimizade entre paciente e funcionário. Mulheres que engravidavam e pariam dentro do Hospital Colônia, logo eram separadas de seus bebês. Para evitar a separação, as mães cobriam a si mesmas com fezes, numa tentativa de evitar que funcionários se aproximassem.

Outra prática comum ao Hospital Colônia era o tráfico de corpos de pacientes, já que na década de 60, em torno de 16 internos morriam por dia. Não havia mais espaço no cemitério ao lado e as despesas aumentavam cada vez mais, então como um "lucro" duplo, o Hospital realizava um tráfico de corpos para Laboratórios e faculdades de Medicina. Chega um momento onde os corpos começaram a não ter mais interesse para as faculdades, que ficavam abarrotadas de cadáveres. Então o Hospital inicia um processo de decomposição dos corpos em ácido, os quais eram postos em tonéis no pátio do Colônia com a intenção de comercialização das ossadas.

O Hospital funciona em super lotação até a década de 80, quando os sinais da Reforma Psiquiátrica começam a se manifestar. O Colônia tornou-se Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, com em torno de 170 pacientes internados como crônicos e em 1994 teve sua última cela desativada. Somente no final da década de 90 foram implantadas oficinas terapêuticas. Em 1996, o hospital foi parcialmente desativado e uma parte transformada no Museu da Loucura.

De lá pra cá, os discursos ganharam novo viés, como a necessidade de extinção dos leitos de baixa qualidade, com a garantia de contratação de leitos psiquiátricos em hospitais gerais. E apesar dos equívocos e acertos na construção de um novo paradigma para a saúde pública, a loucura ainda é usada como justificativa para a manutenção da violência e da medicalização da vida. É como se a existência pudesse ser reduzida à sua dimensão biológica e para todos os sentimentos existisse um remédio capaz de aliviar sintomas e de transtornar realidade em fuga (ARBEX, 2013, p. 254).

Em 2015, o agora Centro Hospitalar contava com 171 pacientes em regime de internação de longa permanência. A partir do novo modelo de assistência na saúde mental baseado em uma rede de serviços e com os pacientes sendo tratados em residências terapêuticas, o Hospital foi modificando e sendo ressignificado. A passos lentos, os prédios do manicômio ganham nova destinação - como a criação do Museu da Loucura - sem apagar a história de décadas de sofrimento e tortura ali vividas.

É importante reforçar que em 1961, o fotógrafo da revista *O Cruzeiro* Luiz Alfredo juntamente com o repórter José Franco presenciou o ápice da cena de horror que habitava no Hospital Colônia. Os jornalistas fizeram uma reportagem de cinco páginas que seria impressa em 13 de maio de 1961 e se tornaria uma das maiores reportagens fotográficas e denunciativas da situação que acometia no interior dos muros do Hospital - é o que veremos mais a frente. Para isso, falaremos um pouco sobre a revista *O Cruzeiro*.

#### **4 O Cruzeiro**

Com sua primeira edição publicada em 10 de novembro de 1928, a revista - inicialmente sem o (O) - *O Cruzeiro* foi criada por Carlos Malheiros e vendida para o empresário Assis Chateaubriand, no Rio de Janeiro, em um momento histórico em que o jornalismo tinha características sensacionalistas. Em um contexto em que surgiam os primeiros conglomerados da imprensa jornalística, *O Cruzeiro* trouxe aspectos considerados inovadores no âmbito gráfico e editorial para a imprensa brasileira, como o enfoque para o fotojornalismo e a indicação do tempo que seria gasto pelo leitor para a leitura de cada texto da revista.

Na semana que antecedeu o lançamento da revista, foram atirados dos prédios mais altos de Cinelândia, Rio Branco e Ouvidor, no Centro da cidade do Rio de Janeiro em torno de quatro milhões de folhetos publicitários que anunciavam o surgimento da revista ilustrada (Grisólio, 2015). “*Cruzeiro, a revista contemporânea dos*

*arranhas-céus!”* ou *“Sábado! A revista Cruzeiro atravessará o Brasil de extremo a extremo”* eram algumas das chamadas impressas em prospectos.

Publicada semanalmente por quase 50 anos e de abrangência em território nacional, *O Cruzeiro* pertencia ao Diários Associados (grupo de Chateaubriand) e era de publicação semanal. Com repórteres por todo o país e fora do Brasil, a revista tratava de assuntos diversos como cinema, esportes, coluna social, charges, política, culinária, saúde e moda. Suas reportagens focavam o alcance da telefonia, a extensão do Correio Aéreo, grandes construções e estradas que facilitavam a comunicação entre os estados. Resenhas e textos literários também faziam parte da linhagem de *O Cruzeiro*.

De acordo com Leoní Serpa, a revista não contribuiu apenas com o jornalismo, mas também com a publicidade quando, através da propaganda de produtos que exaltavam a beleza e reforçavam ideias como a modernidade e o consumo:

Dessa maneira a revista vendia o sonho de mudanças, naqueles anos de transformação. Resgatar parte de uma fase da história da imprensa da revista que tinha uma linha editorial definida como moderna desde o seu surgimento, em 10 de novembro de 1928. Um magazine que contribui não apenas com o jornalismo, mas com a publicidade, através da propaganda de produtos que enalteciam a beleza e que reforçavam a ideia de modernidade e consumo. Dessa maneira, a revista vendia o sonho de mudanças, naqueles anos de transformação (SERPA, 2007).

Além disso, *o Cruzeiro* também foi inovador no pensamento de agregar trabalho entre repórter-fotógrafo, sendo um dos primeiros impressos a implementar a técnica de reportagem, dando a jornalistas o "status de estrelas", como foi o caso do jornalista escritor David Nasser e do fotógrafo e Jean Manzon, os quais contaram diversos acontecimentos sobre os mais variados temas em grandes reportagens.

É válido ressaltar que *o Cruzeiro* foi intencionalmente criado

para ser porta-voz de uma nova modernidade nacional e não apenas para ser mais um veículo de comunicação do Brasil. Surgiu para atingir todo o território brasileiro e dar uma ideia de nação hegemônica (Serpa, 2007), bem como para servir a interesses político-ideológicos da época. Desse pensamento, a revista em suas especificidades e diferenciação, conseguiu alcançar em torno de quatro milhões de leitores - número considerável frente à realidade cultural e de leitores do período.

Podemos observar que a história da revista *O Cruzeiro* tem uma relevante aproximação com o poder, principalmente no que se refere a política - especialmente com o governo de Getúlio Vargas. O nacionalismo de Vargas confrontava-se diretamente ao projeto preconizado pela revista, fazendo assim com que a revista fosse responsável por um dos ataques mais brutais da época (Grisólio, 2015). E após cobrir o suicídio do então presidente em 1954, a revista chegou a atingir a tiragem de 720.000 exemplares, tornando a revista uma das principais fontes de notícia do país.

Como citamos anteriormente, em 1961 o repórter José Franco juntamente com o fotógrafo Luiz Alfredo realizaram uma reportagem especial que consistiria na primeira denúncia ao Hospital Colônia de Barbacena. Com o título "Hospício de Barbacena: Sucursal do Inferno", a reportagem de *O Cruzeiro*, composta 5 páginas com fotografias chocantes e impressionantes gerou uma comoção no país. "O país se comoveu. A classe política fez barulho, os governantes fizeram promessas públicas pelo fim da desumanidade (Arbex, 2013, p. 172)".

Durante os 46 anos de circulação pelo Brasil e em países como Portugal, Argentina, Chile e México, *O Cruzeiro* foi considerada a maior revista da América Latina, alcançando a uma tiragem de setecentos mil exemplares durante a década de 1960. Assis Chateaubriand falece em 4 de abril de 1968, ampliando assim uma crise em torno da direção dos Diários Associados que agora contava com Gilberto Chateaubriand (filho de Assis Chateaubriand) e o presidente dos Diários Associados, João Calmon.

Em 1975, *O Cruzeiro* deixa de circular e suas máquinas são vendidas. Seu arquivo foi entregue ao estado de Minas Gerais e, como última liquidação, o próprio título da revista foi entregue, como pagamento de dívidas trabalhistas. Em 1979, ressurgiu sem elo com os Diários Associados, mas se torna uma nova revista com seus novos proprietários, Hélio Bianco e Joaquim José Freire Lagreca. Por cerca de 1 ano *O Cruzeiro* ainda circulou pelo país, contudo, as dificuldades financeiras sofridas na época fez com que a revista fosse vendida novamente, agora para as mãos da Editora Von Baumgarten Indústria e Comércio Ltda., de José de Anchieta Távora. Pouco tempo depois, foi comprada por A. A. Editores Associados Ltda., tendo como diretor presidente Antônio Abissâmara. Em 1981, *O Cruzeiro* desaparece definitivamente.

Desse modo, percebemos o impacto gerado pela revista *O Cruzeiro* durante seus 46 anos de funcionamento, registrando fatos e casos que marcaram a história do Brasil. Continuaremos a pesquisa analisando a edição do jornal referente a matéria "Hospital Colônia: Sucursal do Inferno", de modo que a matéria em questão tenha sido a primeira reportagem de denúncia do Hospital Colônia de Barbacena - MG, responsável por mais de 60 mil mortes.

## 5 Análise

13 de maio de 1961. Hospital Colônia de Barbacena, interior de Minas Gerais. O fotógrafo da revista *O Cruzeiro* Luiz Alfredo juntamente com o repórter José Franco, adentram o hospital. A visita se deu a partir de uma indicação do chefe de redação, Eugênio Silva, ao descobrir que o secretário de saúde do governo chamado Roberto Resende, estava "preparando uma varredura na área da saúde, principalmente na instituição da cidade natal de José Bias Fortes, que acabara de deixar o governo mineiro" (Arbex, 2013, p. 169).

A dupla acompanhada do secretário adentra ao hospital e se depara com a seguinte cena: crianças, homens, mulheres e idosos



sujos, doentes, em meio a fezes, urinas, moscas, urubus e angústia. Os internos que vestiam uniforme ficavam aparentemente meses sem uma higienização, enquanto outros nem uniforme tinham mais e andavam nus pelo pátio. As carnes para refeição dos pacientes, eram cortadas no chão do pátio, em meio às moscas e urubus famintos. "A loucura que desfilava diante dos seus olhos não o impressionava, e sim as cenas de um Brasil que reproduzia, menos de duas décadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o modelo dos campos de concentração nazistas" (ARBEX, 2013, p. 170).

Dentro dos pavilhões o mau cheiro reinava, um esgoto jorrava sobre o pátio em frente ao pavilhão feminino - o mesmo esgoto onde alguns internos se abaixavam e ingeriam a água. Em meio aos gritos e olhares assustados, Luiz Alfredo registrou o máximo que sua Leica pode captar. Mais de trezentas fotos foram registradas, o que viria a se tornar, décadas mais tarde, "no maior conjunto de imagens feitas no interior da unidade" (Arbex, 2013, p. 172).

"O Hospício de Barbacena é um imenso pátio dos milagres, onde se misturam loucos, doentes e alcoólatras de todas as idades. 2.600 mulheres amontoam-se nos pavilhões dessa "casa dos horrores". O Brasil está imitando os campos de concentração nazistas." Essa é a legenda das duas fotos principais das páginas seguintes que ilustram a reportagem. Podemos perceber que a mesma já se inicia com características denunciativas, explanando a real situação para quem não tinha conhecimento sobre as atrocidades que aconteciam dentro daquela instituição.

A reportagem inicia com um caso vivenciado pelos jornalistas na visita ao hospital psiquiátrico. Conta que uma senhora suplicou ao Secretário da Saúde Roberto Resende, para que sua mãe não fosse internada no Hospital Colônia pois sabia que era uma "viagem só de ida". Podemos perceber também o fato da imprensa jornalística nunca antes ter experienciado o Hospital Colônia. Isso mostra o quanto os muros da instituição silenciavam aquela voz e

gerava automaticamente um estigma, uma segregação entre quem poderia estar nas ruas convivendo em sociedade e quem estava destinado a morrer em isolamento. Assim, o governo se torna responsável apenas por afastar essas pessoas do convívio, alocando-as em uma instituição de aproximadamente 8 mil metros quadrados, em situações caóticas e desumanas.

É importante salientar a comparação que José Franco faz do Hospital de Barbacena com os campos de concentração nazistas em Auschwitz, na Alemanha. Ambos segregaram milhares de pessoas, com altos índices de crueldade e tortura. Procedimentos graves e dolorosos eram realizados por punição, além das péssimas condições, onde "criaturas humanas vivem e morrem como animais, no mais sórdido abandono". Da mesma forma, a intenção do Secretário de Saúde Roberto Resende em querer mostrar à imprensa a realidade que acometia essas pessoas dentro do Colônia, evidenciando que nem a Secretaria e nem a direção do Hospital seriam responsáveis pelas atrocidades que ali aconteciam.

Na reportagem também é posto um "paradoxo administrativo" onde, há um instituto específico para doenças mentais recuperáveis chamado Raul Soares, enquanto o Hospital Colônia de Barbacena se destina aos casos crônicos. Porém, evidenciam-se inúmeros casos de pacientes crônicos no Raul Soares e uma grande porcentagem de doentes recuperáveis no Colônia. "Por descuido administrativo, o Raul Soares deixou de ser um hospital de atividade dinâmica. E os doentes recuperáveis vão, paulatinamente, se tornando crônicos em Barbacena". Fatos como este se agravam pelas más condições de saúde e higiene no hospital, quando se misturam leprosos e psicopatas, tuberculosos e alcoolistas, enfim.

É importante colocar que a condição existente dentro do Hospital Colônia de Barbacena, não foi responsabilidade de apenas uma pessoa, mas sim de todo um sistema higienista, de um agir estatal em seu poder político, repleto de violação de direitos, maus tratos, tortura, frio, fome e doenças acometidas durante oito

décadas. Médicos, funcionários, famílias e, principalmente o Estado, todos realizaram uma omissão coletiva, todos falharam com essas vítimas e geraram traumas irreversíveis aos sobreviventes e seus familiares. Dessa forma, fica evidente o trabalho de denúncia da imprensa jornalística, em diagnosticar o problema e mostrar uma realidade que estava omissa a décadas.

## **6 Conclusão**

Podemos concluir na pesquisa em questão um avanço na percepção jornalística referente ao corpo social. O indivíduo considerado "anormal" aos olhos da sociedade é um sujeito repudiado, estigmatizado, o que faz com o que a imprensa perpetue apenas esse senso comum. Dessa forma, podemos salientar que a reportagem "Hospital de Barbacena: A Sucursal do Inferno" é uma transgressão na imprensa jornalística referente aos portadores de transtorno mental em meio a década de 60.

É importante colocar que, durante toda a reportagem, é extremamente explícito o caráter denunciativo da imprensa após décadas de aceitação e normalidade da condição de portador de transtorno mental. Podemos considerar um enorme avanço na história da imprensa jornalística a percepção e a sensibilidade com a condição humana, evidenciando os maus tratos e a problemática higienista existente durante as 8 décadas de funcionamento do Hospital Colônia de Barbacena.

Podemos ainda evidenciar que a reportagem em questão foi pioneira e considerada matriz para o desenvolvimento de outras reportagens sobre a situação do Hospital Colônia, como também documentários, filmes e livros. Desse modo, percebemos essa reportagem como crucial para a ruptura de uma condição desumana que matou mais de 60 mil pessoas e atingiu direta e indiretamente todo um país.

Nesse ponto, se faz importante refletir a partir do pensamento de Hannah Arendt (1999) sobre o conceito de

"banalidade do mal", compreendido como um mal que advém da ausência do pensar, ou seja, o obedecer a determinado fato ou pensamento sem questionar ou refletir sobre o que está de fato fazendo. Podemos compreender que as centenas de pessoas envolvidas nesse bárbaro genocídio são de fato responsáveis pelo ocorrido, contudo, é válido questionar os graus de responsabilidades das autoridades em suas condições de poder e de uma massa que apenas estavam "cumprindo ordens".

Arendt (idem) também questiona sobre as "consequências advindas do não pensar", visto que o sujeito que não refletia sobre o ato desumano que cometia, estava apenas sendo guiado por um indivíduo em posição superior, demonstrando que situações absurdas podem advir dessa irreflexão. Neste contexto, podemos concluir que ao cumprir cegamente ordens impostas, torna por deixar o indivíduo refém daqueles que as estipulam e conseqüentemente, retira-lhe a criticidade e, até mesmo, sua autocrítica.

## 7 Referencial

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDDT, Hannah. **Eichmman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24ª ed, São Paulo: Loyola, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. 1ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**. 1ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 2014a. .

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12ª ed, São Paulo: Edições Graal, 2003.

GRISÓLIO, Lilian Marta. **A oposição da revista *O Cruzeiro* ao projeto nacionalista de Getúlio Vargas nas eleições de 1950: a derrota dos vencedores**. São Paulo: 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. **Fragmentos Finais**. 2ª ed, São Paulo: EDU – UNB, 2002.

SERPA, Leoní. **A contribuição de *O Cruzeiro* para com o jornalismo brasileiro (1928-1945)**. São Paulo: 2007.